



**ATA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2024**  
**CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA**

Aos 17 de Setembro de 2024, ocorreu a 7ª reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município de Pindamonhangaba - CONDEMA, estando presentes os Conselheiros e Conselheiras Larissa, Walmir, Maria José, Daniel, Regina Midori, Ana Clara, William, Júlia, Gesiel e Cícero. Da Secretaria de Meio Ambiente, estiveram presentes a Secretária, Maria Eduarda, e o Secretário Adjunto, Alexander. Também estiveram presentes Cristina, Hamilton, Antonio Devide, Aline, Juliana, Lilian, Donizette, Flávia, Paulo Molnar, Paulo Molnar Júnior, Fernando e Maria de Fátima.

**1. Aprovação de Ata** – Ana Clara iniciou a reunião fazendo a leitura da ATA da Reunião de 20 de Agosto de 2024, a qual foi aprovada pelos conselheiros e conselheiras presentes. **2. Biênio 2024-2026 – 2.1 Sobre status da transição:** William informou que Rafael Lamana não conseguiu estar presente na reunião por motivos de agenda e repassou alguns informes: o CONDEMA precisa fazer uma comunicação da nova composição para o jurídico e pediu para juntar com a ata da reunião anterior para em seguida encaminhar a nova composição dos grupos de trabalho para o jurídico. **2.2 Sobre a participação na Audiência Pública de 22 de agosto:** Larissa reiterou a importância do Conselho se posicionar frente às propostas, lembrou que na última reunião (17/09/2024) teve um reforço para a realização da fala, e explicou que, ao não fazer, precisa esclarecer à promotora a razão disso. Nesse sentido, Alexander mencionou que, na reunião do ConCid de 27 de julho, está escrito em ata a posição do CONDEMA. **2.3 Sobre a resposta à promotora:** Larissa explicou que o Ofício nº 08/2024 foi elaborado a partir da leitura de todas as atas anteriores, como atas das reuniões do ConCid e das audiências públicas, e de um levantamento dos documentos oficiais. Maria José fez a leitura integral do documento para o conhecimento dos conselheiros presentes, a partir da qual foram feitas sugestões, as quais foram avaliadas e algumas foram incorporadas. Ao longo da leitura, Alexander mencionou que no Protocolo nº 56.700/2022 (área próxima ao Residencial Santa Clara) houve alteração do tamanho da área; nesse sentido, Maria Eduarda lembrou que o conteúdo da proposta não foi alterado, de modo que o CONDEMA manteve a sua posição contrária à proposta deste protocolo. Hamilton perguntou se não é o caso de ter uma terceira reunião sobre isso e Walmir respondeu que é o ConCid quem decide isso. Alexander disse que no documento que o ConCid enviou para a promotora é citado que o CONDEMA se manifestou somente em duas reuniões, e explicou o motivo de ter sido só em duas reuniões. Paulo Molnar disse que na última reunião do ConCid, realizada no dia 24 de julho de 2024, houve inversão de votação, que o ConCid aproveitou que a maioria das pessoas estavam de férias e que Norbertinho está participando de todas as reuniões porque existe interesse nessas propriedades. Paulo Molnar questionou essa atuação do ConCid, o porquê de ter sido revisto algo que já tinha sido votado e disse que, na confecção do Plano Diretor Participativo em 2019, ele, como titular do Conselho de Patrimônio, não foi convocado para todas as reuniões, sendo convocado somente para duas colocações. Também disse que foi discutido que os terrenos de 500 metros próximos aos núcleos urbanos deveriam ter sido regularizados por conta de famílias, ter feito o parcelamento do solo para terem o seu zoneamento garantido, e que o mapa foi alterado em grande parte, que foi para cima do Bonsucesso, da Fazenda Amarela, então o que tinha que ter sido uma regularização fundiária virou parcelamento do uso do solo para urbanização. Paulo Molnar acrescentou que foi alterada a matrícula da Igreja do Massain, entre outras, e todas as áreas estão contíguas, como uma via estruturante,



bancadas pelos proprietários, e reitera que é importante saber o porquê da reunião ter sido convocada novamente e o porquê da mudança de voto; questionou “por que não levar essas questões para um comitê técnico?” e, por fim, disse que veio para a reunião do CONDEMA para dar esse apoio ao Conselho e para endossar essa colocação. Cristina disse que participou em 2017 de audiências públicas de Plano Diretor Participativo e que eram realizadas no fim do ano, na calada da noite; sugere questionar o tempo estabelecido para a alteração do Plano Diretor, porque percebeu que sempre tem propostas de alteração ao longo dos anos, de modo que não cumpre a legislação. Fernando disse que o poder público fala uma coisa e faz outra, e que colocam como se a população estivesse tumultuando a reunião. Também mencionou que quando levantam a informação de quem fez os maiores loteamentos, veem que Piorino é quem fez e disse que tem que ter uma fiscalização séria; finalizou a sua fala perguntando “E se acontecer igual aconteceu no Rio Grande do Sul? Se estourar a represa [de Jaguari], leva tudo, pega no Crispim e inunda tudo”. Diante dessa colocação, Paulo Molnar lembrou que se esse evento que aconteceu em Cunha, em 2011, ocorre aqui, chegamos a um nível extremo, uma vez que não está só na possibilidade de rompimento da barragem de Jaguari, soma-se a outros eventos, uma vez que Caçapava e Taubaté também está tendo um boom de construção em áreas de várzea. Finalizada a leitura do documento do Ofício nº 08/2024, Paulo Molnar, como representante do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Ambiental e Arquitetônico de Pindamonhangaba, disse que concorda com o documento elaborado e que apoia a nossa posição.

**2.4 Sobre agendamento de reunião para apresentação dos novos representantes do CONDEMA à promotora:** A reunião com a promotora foi marcada para o dia 27 de setembro de 2024. O Conselheiro Daniel manifestou o seu interesse em participar da reunião para compreender a postura da promotora para entender como representar o CONDEMA.

**2.5 Sobre Planejamento de Ações / Cronograma Geral + Principais temas + Formação de GTs:** Larissa disse que mapeou como temas centrais, para conversar em um próximo momento para entender prazos e conhecer melhor, os procedimentos do regimento do FUNDEMA; Política Municipal de Meio Ambiente; Plano de Saneamento Rural; Plano de Manejo de Mata Atlântica. Sobre o FUNDEMA, Larissa reiterou a importância de mapear instituições que trabalham no município e criar um banco de projetos, para entender as necessidades do território e ter uma visão mais estratégica para que esse fundo seja gerido. A partir disso, Larissa propôs que duas pessoas que tenham disponibilidade e interesse se apresentem para pensarem juntas em caminhos para estruturar esse mapeamento, como instituições atuantes e cadastramento de projetos; Maria José e Ana Clara se disponibilizaram. Hamilton se disponibilizou a contribuir também. Hamilton aproveitou e disse que gostaria de saber sobre a elaboração das discussões no CONDEMA, como levar sugestões que atravessem outros temas como saúde e agricultura. Alexander explicou que o importante é fazer o link entre o assunto que está sendo apresentado com questões ambientais; há a possibilidade de parcerias de trabalho, como o Conselho Gestor do Trábiju, para evitar interferências. Em relação ao Plano de Manejo de Mata Atlântica, Hamilton sugeriu uma política municipal de plantas aromáticas que considere o abastecimento da “Farmácia Viva” com espécies da Mata Atlântica. Júlia perguntou se há diálogo entre o CONDEMA e o Comitê de Bacias, ao que Alexander respondeu que ainda não houve parceria, mas nada impede de fazer essa parceria e que, inclusive, incentiva a sua realização. A partir disso, Larissa destacou a importância de reconhecer outros Conselhos Municipais para avaliar possíveis parcerias.

**3. Informes – 3.1 Plano de Ação Climática “Pinda PróClima”:** Foi confirmado que a reunião de 06/09 foi reagendada para 20/09. Sobre o Diagnóstico que está sendo elaborado, Jonas mencionou que solicitou os documentos para o ICLEI, que eles responderam que estavam em revisão e que nesta semana enviariam o documento revisado a ele. Júlia disse que esteve presente na apresentação do Diagnóstico do ICLEI e colocou que queria tirar algumas dúvidas; disse que os representantes do ICLEI não sabem de coisas básicas como nomes de bairro, não tem noção de zoneamento; disse que para quem está fazendo Diagnóstico, achou falho chegarem sem essas informações. Também disse que os mapas apresentados se



sobrepõem em vários pontos e que não aprofundaram nas informações, e que “reflorestamento” não é mais usado em caso de restauração. Sobre permeabilidade, Júlia disse que nossa Mantiqueira não tem tanta permeabilidade, a água não “para lá”, mas ela desce, então questiona o reflorestamento, e que tem que ser restauração. A partir disso, sugere rever o Diagnóstico. Sugeriu também criar um grupo para fazer essa revisão. Jonas informou que ele é o ponto focal do Plano de Ação Climática e disse que sobre o Diagnóstico, explicou que não cabe dentro do programa uma aprovação do CONDEMA, mas podemos fazer contribuições. Mencionou que o próximo encontro vai ser no dia 20 de setembro, presencial, no Museu Histórico e que este encontro vai ser para colher subsídios sobre quais ações a população quer que conste no Plano de Ação Climática, e que, em seguida, o projeto vai ser apresentado em audiência pública. Larissa solicitou que Júlia a representasse neste encontro, já que não poderá comparecer. **3.2 Sobre o status de incêndio em áreas rurais:** Júlia comunicou que esteve no Ribeirão Grande na sexta-feira (13/09/2024). Segundo ela, as queimadas, aparentemente, começaram na quarta-feira (11/09/2024), entre o Ribeirão Grande e as Bicas. Disse que eram focos com 20 metros de distância entre eles e que este cenário deu a entender que foi ação humana, e que as pessoas estavam muito alarmadas por causa da fumaça, especialmente pro lado do pescador da truta. Júlia também disse que a Defesa Civil foi, mas não atuou como eles gostariam, e que a brigada voluntária está pedindo, necessitando de equipamentos. Além disso, relatou que a Defesa civil foi agressiva com quem estava querendo fazer alguma coisa pela mata e que, realmente, a Defesa Civil e os bombeiros não podem entrar na mata, a orientação para o serviço deles é ficar próximo às casas, então, diante disso, a comunidade que estava entrando. Diante dessa situação, um brigadista voluntário, que estava cansado de entrar no mato, tentou dar uma indicação saudável para a Defesa Civil para fazer aceiro com trator, mas não foi ouvido; em consequência disso, o fogo alcançou a retroescavadeira que estava no local e explodiu. Diante deste cenário, Júlia questionou como é possível melhorar esse diálogo, para considerarem as orientações das próprias pessoas que vivem na região e que têm experiência. Além disso, também relatou que as pessoas que vivenciaram esta situação passaram noites aflitos, não conseguindo dormir com medo do fogo espalhar e que a Defesa Civil já tinha se retirado. Isto posto, Júlia disse sobre a importância do fortalecimento das brigadas voluntárias e que, enquanto Conselheira em um Conselho de Defesa do Meio Ambiente, sugere que este Conselho possa dar suporte em projetos que apoiam o fortalecimento de brigadas voluntárias. Por fim, disse que a Rede Agroflorestal está se colocando para auxiliar na elaboração deste projeto, uma vez que a brigada voluntária não tem soprador, que os equipamentos ficam no centro comunitário e que a pessoa responsável não estava próxima para disponibilizar a chave para a comunidade entrar e pegar o material para combater o fogo. Em seguida, Aline relatou que estava no combate às queimadas como voluntária e reiterou que é importante pensar no fortalecimento das brigadas locais voluntárias, porque eles é que sofrem com isso, uma vez que é a comunidade com os seus próprios equipamentos particulares que ficam se movimentando pela madrugada para conseguir conter o fogo. Aline frisou que estamos falando de Mata Atlântica, espécies endêmicas, pessoas localmente engajadas com o ecoturismo, com a beleza cênica, com a contemplação do Ribeirão Grande, então é uma questão imprescindível colocar como plano de ação, para se antecipar para fazer a responsabilização. Também questionou se não pode Defesa Civil, se não pode bombeiro, quais são os órgãos que poderão auxiliar? Por isso, é importante a formação dos profissionais que vão estar à frente do combate, ter comunicação com a comunidade, preparo desses profissionais para trabalhar com a comunidade local, que temos que unir forças, porque é patrimônio de todos a Mantiqueira, a Serra do Mar. Aline também sugeriu pensar em micro bacias e pensar em representantes locais por micro bacias. Reiterou que seria um escândalo a expansão das queimadas se o fogo mudasse a direção, que foi de grande impacto e que foi contido por pessoas particulares com seus recursos. Relatou que as brigadas voluntárias estão desassistidas, que o pessoal estava fazendo força tarefa de madrugada, fazendo aceiros à mão, e sem polícia ambiental para averiguar e



organizar essas pessoas. Aline finalizou a sua fala registrando que essa é a sua contribuição, agradeceu a escuta do Conselho e agradeceu à Rede Agroflorestal pelo apoio. Na sequência, Juliana, moradora do bairro das Bicas, relatou que estava no ponto de ônibus quando as viaturas da Defesa Civil passaram, e que eles estavam perdidos, não sabiam nem para onde ir. Diante desta situação, sugeriu que é importante conversar com o Conselho Rural para elaborar um mapeamento para saberem se localizar e conseguirem atender a chamada o mais rápido possível. Também informou que, pelo aplicativo Waze, mandam ir pelo Ribeirão Grande, justamente por onde o incêndio conseguiu ser combatido com mais facilidade, mas é uma estrada com acesso difícil e já passaram por momentos complicados. Juliana disse que a Prefeitura reluta em fazer a manutenção da zona rural e ignora o movimento turístico que tem, como o movimento de ciclistas, e que a Prefeitura faz vista grossa para quem mora lá, porque, numa situação dessa, é a única via de saída se a estrada debaixo estiver fechada. Indicou que esse aumento de mobilidade das estradas rurais é importante para a população em todos os sentidos e reiterou a fala da Aline, principalmente no trato com a população local. Sobre a jardinagem na entrada da cidade e uso de caminhão pipa para tal, Juliana disse que o caminhão pipa podia ter deslocado para contribuir para cessar a queimada. Por fim, pontuou que na escola municipal que atende toda a região do Ribeirão Grande, diante da questão da saúde por causa da fumaça das queimadas, as aulas teriam que ter sido suspensas, o que não aconteceu. Júlia retomou a fala e relatou que a empresa Suzano se manifestou falando que não poderiam contribuir no combate às queimadas porque já estavam ajudando em Campos de Jordão, que as equipes já estavam mobilizadas para lá. Frisou que é importante o apoio deles, porque eles têm plano de ação de combate a incêndio, então sugere que a Suzano deixe disponibilizado os seus equipamentos para a própria comunidade usar. Nesse sentido, Alexander disse que a Suzano não pode disponibilizar equipamentos para a comunidade porque a comunidade não é treinada para isso, então a empresa teria que assumir 100% da responsabilidade; também disse que juridicamente não é viável, mas que é possível uma parceria, capacitação e fornecimento de equipamento. Acrescentou que quando ele foi do CONDEMA, viu com o jurídico da Prefeitura a compra de equipamentos para disponibilizar para as comunidades rurais, mas o assunto acabou não andando. Por fim, Alexander sugeriu levar esse assunto para quando os Conselheiros se encontrarem com a promotora e que o CONDEMA pode ver, sim, esse material, e ver suporte da Defesa Civil. Júlia relatou que existe uma brigada voluntária com 30 pessoas capacitadas, formadas, mas só 6 puderam estar presentes e estão com essa questão de logística, e disse que na Brigada Florestal da Mantiqueira tem mais de 40 pessoas interessadas em fazer curso. Aline sugeriu um plano municipal integrado para o entendimento de órgãos institucionais para dar apoio para a brigada e não transferir responsabilidade aos brigadistas locais, pois, ainda que essas pessoas tenham formação, elas são voluntárias, e temos meios de pensar institucionalmente. Também questionou sobre o que pode ser colocado para a Defesa Civil no sentido do cuidado com a vida silvestre e disse que acredita que esse é o momento chave para servir de aprendizagem para todas as instituições, para fortalecer brigadas locais e fortalecimento institucional, e não transferir responsabilidades, uma vez que se eles vão cuidar dos equipamentos, fazer parcerias com líderes locais, “qual vai ser o plano? Quem vai atender a gente na emergência de madrugada? Quem vai contribuir para a realização de aceiros?”. Aline relatou que viu isso acontecendo, que as pessoas viram os bichos mortos dentro do mato. Por fim, reiterou que é para mobilizar as instituições, encontrar pontos de responsabilidade em cada órgão e não transferir para as pessoas. Cristina informou que antes da última eleição municipal (2020), durante a realização das campanhas, ela, enquanto representante do Instituto Lixo Zero, e também porque no seu terreno eles passaram por uma queimada que queimou 80% de todo o local, disse que durante o processo eleitoral fizeram reuniões com o atual Prefeito, Isael, na época candidato à reeleição, e elaboraram um plano de propostas, que tratava justamente disso, da prevenção e remediação. Em relação às recentes queimadas, Cristina relatou que a Defesa Civil só foi na sua região quando o fogo estava a 10 metros próximo da sua casa, que é desesperador ver algo assim, perder



tudo, então não é só para atuar na hora do desespero, temos que trabalhar preventivamente. Também disse que muitas pessoas não fazem aceiro porque é caro, então é obrigação do poder público prevenir isso, e que os bombeiros só ficaram olhando, que eles foram para um lugar tentar conter incêndio que não era pertinente, e que só estavam dois funcionários, e que se tivesse mais gente, conseguiria conter. Por fim, reiterou que enquanto sociedade civil, entregaram um plano para a Prefeitura e que, quatro anos depois, no fim do mandato, nada foi feito. Alexsander sugeriu que seja cobrado o plano de atendimento às emergências florestais. Paulo Molnar Júnior pediu a fala e disse que tudo isso é consequência da comoditização da paisagem e do agro querendo crescer, que também tem a ver com a implementação de eucaliptos e que é importante direcionar o fundo para o combate às queimadas. Júlia disse que é importante anexar nesse plano climático esse tipo de preparação para as queimadas. A partir de todos os relatos, para pensar nessa pauta, Larissa sugeriu criar um Grupo de Trabalho ou uma Câmara Técnica, de acordo com as funções atribuídas pelo regimento interno. Júlia, Ana Clara e Cristina se voluntariam e Larissa solicitou verificar com a Regina Midori e validar com ela.

**3.3 Sobre a atuação e diretrizes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Clima em relação às áreas rurais – levantamento de situação desta Secretaria:** Ana Clara disse que não está clara a função desta secretaria no âmbito dos incêndios na zona rural e Júlia disse que recebeu relatos de que eles estavam circulando no Ribeirão Grande e só apareceram quando já estava tudo apagado. Por fim, Paulo Molnar sugeriu olhar o plano climático nacional que está sendo construído e disse que se sente honrado de estar participando, que foi um dos que fundou o CONDEMA, e está satisfeito com a atuação e mobilização. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

Rafael Lamana  
Vice-presidente

Larissa Néri  
Presidente